

Identidad Marron e o mito do labirinto. Luta e resistência do coletivo dos povos originários de Buenos Aires

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes.v11i21.48251>

Roberta Filgueiras Mathias¹

Michele Pucarelli²

Resumo: Em um momento no qual tanto a pauta identitária quanto a interseccionalidade são debatidos por vários espaços, procuramos apresentar um estudo de caso e uma reflexão sobre a atuação do *Colectivo Identidad Marron* em meio ao contexto da precarização na Argentina. Formado em 2018 na cidade de Buenos Aires, o *Colectivo* é composto principalmente por indígenas, periféricxs, mulheres e gays em luta por uma inserção dos povos originários em melhores postos de trabalhos e espaços de destaque artístico. Compreendendo o atual cenário precarizado como um gigantesco labirinto, sugerimos que esta situação se apresenta como a reconfiguração do mito do Minotauro e objetivamos introduzir um debate sobre a relação labirinto/tecnologia/Interseccionalidade e refletir sobre o modo como as iniciativas e movimentos solidários das integrantes do *Identidad Marron* em meio ao sistema de precarização ressignificam sua inserção, dando maior visibilidade às questões dos movimentos identitários na Argentina.

Palavras-chaves: coletivos políticos e culturais; povos originários; América Latina; interseccionalidade; precarização cultural.

Identidad marrón y el mito del laberinto. Lucha y resistencia del colectivo de pueblos de Buenos Aires

Resumen: En un momento en el que tanto la agenda identitaria como la interseccionalidad son discutidas por diversos espacios, buscamos presentar un caso de estudio y una reflexión sobre la actuación del *Colectivo Identidad Marron* en el contexto de la precariedad en Argentina. Formado en 2018 en la ciudad de Buenos Aires, el *Colectivo* está compuesto principalmente por indígenas, periféricos, mujeres y gays que luchan por una inserción de los pueblos originarios en mejores empleos y espacios de protagonismo artístico. Entendiendo el actual escenario precario como un laberinto gigantesco, sugerimos que esta situación se presenta como la reconfiguración del mito del Minotauro y pretendemos introducir un debate sobre la relación laberinto / tecnología /interseccionalidad y reflexionar sobre la forma en que las iniciativas y movimientos solidarios de los integrantes de Identidad Marrón en medio del precario sistema dan un nuevo sentido a su inserción, dando mayor visibilidad a los temas de los movimientos identitarios en Argentina.

¹ Roberta Filgueiras Mathias. Doutoranda de Cinema pela Universidade Federal Fluminense – UFF e Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro- UERJ, Brasil. E-mail: robertamathias@id.uff.br - <https://orcid.org/0000-0002-8715-4998>

² Michele Pucarelli. Doutor em Artes Visuais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro PPGAV-UFRJ. Professor do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano - PPGMC/UFF da universidade Federal Fluminense, Brasil. E-mail: michelepucarelli@id.uff.br - <https://orcid.org/0000-0001-9345-4463>

Recebido em 21/01/2021, aceito para publicação em 22/05/2021 e disponibilizado online em 01/09/2021.

Palabras clave: colectivos políticos y culturales; pueblos originarios; América Latina; interseccionalidad; precariedad cultural.

Identidad Marron and the myth of the labyrinth. Struggle and resistance of the collective of peoples from Buenos Aires

Abstract: At a time when both the identity agenda and intersectionality are discussed by various spaces, we seek to present a case study and a reflection on the performance of *Colectivo Identidad Marron* in the context of precariousness in Argentina. Formed in 2018 in the city of Buenos Aires, the *Colectivo* is mainly composed of indigenous, peripheral, women and gays struggling for an insertion of native peoples in better Jobs and spaces of artistic prominence. Understanding the current precarious scenario as a gigantic labyrinth, we suggest that this situation presents itself as the reconfiguration of the myth of the Minotaur and we aim to introduce a debate about the labyrinth / technology / /intersectionality relationship and reflect about the way in which the solidarity initiatives and movements of the members of *Identidad Marron* amidst the precarious system give new meaning to their insertion, giving greater visibility to the issues of identity movements in Argentina.

Keywords: political and cultural collectives; native peoples; Latin America; intersectionality; cultural precariousness.

Identidad Marron e o mito do labirinto. Luta e resistência do coletivo dos povos originários de Buenos Aires

Introdução

O desenvolvimento da tecnologia das comunicações desta era globalizada nos leva de volta para dentro do mito do labirinto do Minotauro³. Com uma lógica descentrada e desregulada de inúmeros aplicativos disponíveis, o que prometia ser um incentivo à

multiplicidade de ideias e costumes, se transformou num ambiente amedrontador, com a prática de uma agenda neoliberal econômica, que deixa de lado a ideia de bem-estar social. Neste cenário, onde as promessas de ganhos e bem viver são intensamente propagadas nas mídias, deixa-se de informar, contudo, que elas são pouco acessíveis à maior parte das populações latino-americanas.

Na prática cotidiana desta agenda, testemunhamos como os cidadãos são substituídos por

³Na mitologia grega, o Labirinto do Minotauro povoou o imaginário dos gregos, levando medo e terror. A criatura habitava um labirinto na ilha de Creta, que era governada pelo rei Minos. De acordo com o mito, era uma criatura imaginada com a cabeça de um touro sobre o corpo de um homem. Disponível em: <http://www.projetominotauro.com.br/o-mito-do-minotauro>.

consumidores, as principais cidades por aglomerados humanos, as nações por empresas, a ideia de povos pelo conceito de mercado e as relações humanas por uma concorrência comercial que não tem fim (GALEANO, 2006, p. 150). Estaríamos enfim, imersos num gigantesco labirinto sem uma saída à vista? Afinal, uma das principais formas de exploração destes novos sistemas é que, na precarização, o sujeito é colocado como eixo de sua própria exploração e, dessa forma, a exploração é encoberta sob a forma de liberdade. Ou seja, a exploração fica oculta na sedução do discurso, que sob o slogan de ter acesso à sua própria liberdade, transfere a responsabilidade das garantias sociais e trabalhistas para quem na prática não terá condições de criá-la e mantê-la.

Desse modo, testemunhamos o quanto os trabalhadores mais vulneráveis ficam expostos à difícil situação de escolhas entre a servidão ou o desemprego para terem acesso à alguma renda. Todavia, denúncias em relação a um processo de desmonte social são realizados há mais de quarenta anos, antecipando os

problemas exploratórios que surgiriam com a implementação de uma agenda neoliberal econômica na América Latina e o conseqüente processo de crescimento de fragilidade social no cotidiano dessas populações. Dos movimentos de resistência que vêm desde os anos 70, podemos destacar um grupo de intelectuais da América Latina (Aníbal Quijano, Enrique Dussel e Walter Mignolo) que se reuniram para pensar o conceito de decolonialidade e tentar traçar paralelos que nos conectassem culturalmente e politicamente a partir das agressões e repressões que vivíamos e como isso poderia nos deixar em uma posição frágil nos campos político, econômico e cultural, tanto internamente como externamente. O primeiro com a extrapolação da sujeição dos corpos na ditadura por um lado, e o segundo sobre o modo como nos relacionávamos com os chamados países desenvolvidos.

A partir da década de 90, esse grupo intensifica suas atividades e cria o Grupo Modernidade/Colonialidade (Grupo M/C). Ao reivindicar um pertencimento originário conectado aos grupos indígenas que habitavam a

América Latina, há um caráter de reformulação histórica que reverbera em nossas ações cotidianas. Questões que permaneceram através de traduções, livros e simpósios com nomes que já militavam na década de 1970/1980, mas somente agora ganharam a reverberação merecida por todo continente, e em especial no Brasil. Entre eles, a argentina Maria Lugones – recém falecida, a brasileira Maria Beatriz Nascimento – assassinada em 1995, a peruana Victoria Santa Cruz – mais conhecida por seus poemas com temáticas raciais, e por Yuderkys Espinosa-Miñoso (2014) com seu pensamento interseccional introduzindo a questão da orientação sexual. Todos os debates vêm aumentando a atenção para a importância de refletirmos algumas das distorções da história latino-americana através da interseccionalidade.

Da reunião de todas essas referências teóricas e com as experiências de observação e análise do *Colectivo Identidad Marron*, gostaríamos de destacar nosso entendimento do conceito de interseccionalidade como a sobreposição das diversas identidades

(que perpassam corpos, raças, etnias) e de marcadores sociais (com seus sistemas de discriminação, dominação ou opressão) nas lutas identitárias pelas transformações das relações de poder. Sob essas considerações, entendemos que os conceitos defendidos por Patricia Hill Collins e Angela Davis são centrais para a compreensão de uma disputa narrativa mais ampla que traga essa correlação em seu próprio eixo como estratégia política. Essa leitura se interliga com nossa maneira de observar as relações fundamentais a serem debatidas neste artigo.

Porém, é importante destacarmos que a interseccionalidade, ela própria, é uma maneira de se colocar uma lente sobre um sujeito de pesquisa, algo que, inclusive, se faz presente nesse artigo. A proposta de trazer a interseccionalidade como uma investigação crítica para estudar diversos fenômenos sociais nos parece fundamental para o caso da precarização laboral na América Latina e da atuação dessas forças nos diferentes corpos que são implicados. Assim, pretendemos fazer do debate da interseccionalidade e da

precarização uma chave metodológica do texto, compreendendo ser a análise e apresentação do *Colectivo* - mais do que um estudo de caso, um interlocutor desse processo. Por esse motivo, entrando em diálogo com a proposta e diretrizes elaboradas pelos artistas apresentados, iremos trazer suas falas de maneira integral nas citações, respeitando uma demanda que surge a partir do momento que começam a ganhar espaço em eixos centrais da cidade e sentem a necessidade de ver seus propósitos e discursos não serem desvirtuados.

Sob este cenário, pretendemos com o presente artigo, refletir o contexto geral de precarização no setor cultural através da apresentação do trabalho do *Colectivo Identidad Marron*, formado por descendentes dos povos originários na cidade de Buenos Aires. Objetivamos refletir se a cooptação e atuação delas no sistema de precarização, com todas as explorações conhecidas, não possibilitam, por outro lado, a resignificação de sua inserção no cenário social, artístico e político, conseguindo dar maior visibilidade às questões dos movimentos identitários na Argentina, além de apontarem

possíveis caminhos de saída deste grande labirinto reconfigurado do mito.

A plataformização do trabalho e da sociedade

Em nosso entendimento a “precarização” se caracteriza como a intensificação de uma relação de trabalho cada vez mais individualizada a partir do modo como os dados são utilizados para criar valor através de um processo de subordinação de corpos invisibilizados e marginalizados, com formas diferenciadas de assalariamento e obtenção de lucro que já ocorriam há décadas, mas agora com uma aparência de prestação de serviços. Nesse sentido, entendemos que os conceitos defendidos por Casilli e Posada (2018) sobre a plataformização do trabalho e da sociedade e de Ricardo Antunes com suas reflexões sobre o capitalismo contemporâneo a partir da alteração do padrão taylorista, promovendo a flexibilização, desregulamentação e privatização, em conjunto com a decadência do modelo de bem-estar social (2000, p.37) reverberaram na América Latina de modo significativo.

Em particular, no caso do *Colectivo Identidad Marron*, muitos integrantes trabalham com telemarketing, distribuição de panfletos, como babás, motoristas de *ubber* ou entregadores de comida e outras mercadorias associadas as plataformas de entrega. Para elas essas atividades não são consideradas um problema em si, porque a reclamação não passa pelo tipo de trabalho que é feito, mas pela falta de garantias e pela imposição de horários fragmentados que as impedem de estudar, ter lazer e praticar atividades artísticas. Elas percebem em alguns destes tipos de atividade uma continuação do trabalho precarizado de suas mães, avós e bisavós, agora com o agravante exploratório de uma publicidade que faz com que certas atividades pareçam flexíveis a partir de um discurso motivacional sobre a ideia de que o/a antigo/a empregado/a agora é um colaborador/a livre, que pode gerenciar seu próprio tempo.

Contudo, esse tempo de sobra para o lazer inexistente para a maioria da população de baixa renda, que se vê obrigada a trabalhar por mais tempo para conseguir dinheiro suficiente para

sustentar a família - além de ter seu tempo tomado em longas viagens entre trabalho e moradia. Portanto as perdas de direitos trabalhistas não podem ser entendidas como novidades surgidas na plataformação, mas como a continuidade de um processo exploratório que existe há um longo tempo. O discurso de marketing acerca da valorização de uma suposta independência e liberdade de agenda de horários e folgas para aqueles que se associam a este projeto de empreendedorismo informal, não consegue superar a fragilidade que a falta de direitos fundamentais promove, como ausências de férias remuneradas, previdência para uma futura aposentadoria e auxílio em caso de doenças ou problemas de saúde.

No texto “A Plataformação do trabalho e da sociedade”, Antonio Casilli e Julian Posada (2018) nos recordam que desde o início dos anos 2000 o termo plataformação já era utilizado nas indústrias de tecnologia para designar padrões digitais que combinavam informações. Nesse momento, no entanto, o que estava em jogo era a organização de dados através desses recursos digitais.

Posteriormente, os autores analisam como o fenômeno se alastra e passa a fazer parte constitutiva da cultura contemporânea e das relações de trabalho, considerando cinco características fundamentais para entender o fenômeno: a maneira como os dados são utilizados para criar valor, como os dados são extraídos de uma série de usuários sob a forma de trabalho digital, o comportamento dos usuários fragmentado e reduzido a tarefas padrões, a substituição dos modos econômicos preexistentes, e, por fim, como as tendências em direção à especificação de dados e tarefas são o cerne dos desenvolvimentos contemporâneos em automação e inteligência artificial⁴.

Contudo, é importante lembrar que as características essenciais dos movimentos exploratórios não são recentes e estão presentes na história há um longo tempo. O processo colonizador foi extremamente violento tanto na dominação efetiva dos corpos, quanto na simbólica. No livro *Necropolítica*, o filósofo e historiador camaronês Achille Mbembe defende que essa dominação em meio ao

processo de globalização assume outras formas. No caso específico da América do Sul podemos perceber uma subordinação imposta aos descendentes dos povos escravizados vindos da África e uma invisibilidade dos povos originários, compreendidos pelos descendentes de indígenas. Para Mbembe há simplesmente uma atualização de poder sobre o corpo. De um modelo imperialista para um capitalista, onde os processos de exploração são reorganizados, mas onde opressores e subalternos continuam os mesmos. (MBEMBE, 2018, p. 56)

Alguns dados relevantes ajudam a compreender esta ideia. O relatório dezembro de 2019 da CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe, indicava que a região apresentava uma desaceleração econômica generalizada, completando seis anos consecutivos de baixo crescimento. O panorama macroeconômico geral indicava queda do produto interno bruto (PIB) per capita, queda do investimento, queda do consumo per capita, redução das exportações e manutenção do processo de deterioração da qualidade do emprego. De acordo com este

⁴ Antonio A. Casili e Julián Posada Gutierrez (2019, p. 02).

relatório: “[...] as projeções de crescimento para 2020 permanecerão baixas, em torno de 1,3% para a região como um todo.” (CEPAL, 2019). Contudo, em contraposição a esta situação, na América Latina, a renda do 1% mais rico subiu brutalmente. São taxas de crescimento acima de 100% ou de 200% para o 1% do topo entre 1980 e 2019. (CHACEL, 2019).⁵

A história recente da Argentina também ajuda a ilustrar este caminho. Desde a hiperinflação dos anos 1980, resultantes da destruição das instituições políticas e das perdas econômicas impostas pelas ditaduras militares, à governança neoliberal dos anos 1990, que ao invés de entregar um crescimento econômico e social, acelerou um processo de desmonte das últimas estruturas de um Estado Social e levou o país a uma extensa recessão econômica, que provocou uma implosão social. Nas pesquisas realizadas ao fim do ano pandêmico de 2020, e segundo os dados oficiais do Indec – Instituto Nacional de

estatística e censo da República Argentina, 44% da população da população está na pobreza. (COLOMBO, 2020)

A preocupação com esse tipo de exploração e sobre os modos como as Integrantes do *Identidad Marron* tentam enfrentá-las de modo coletivo, fica evidenciada no movimento de participação na grande passeata do 8M, nome dado ao movimento de mulheres que se reúnem nas ruas de diversas cidades no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, para marchar por uma visibilidade e reivindicar por postos de trabalhos igualitários e direito ao aborto legal, dentre outras pautas. A citação a seguir, colocada na íntegra conforme explicado em respeito as diretrizes do *Colectivo Identidad Marron*, encontra-se em sua página do Facebook: (www.facebook.com/identidadmarron/)

Somos filhas de empregadas domésticas que não podiam ir as passeatas do grupo 8M. Ontem as mulheres e travestis marrons saímos para marchar, como mulheres marrons, como travestis marrons, mas não apenas para nós, mas também para nossas mães e nossas avós marrons, indígenas e camponesas, que foram exploradas aproveitando-se de suas precariedades. Saímos para nos abraçar, para

⁵Vale destacar que essas eram as projeções realizadas antes da chegada do coronavírus e da pandemia da covid-19, que agravou a situação de crise e deu contornos dramáticos à situação socioeconômica de vários países latino-americanos.

deixar de ser objeto de fetiche e ser objeto de ação. Saímos para questionar uma irmandade enunciativa, saímos para gritar que irmandade também é pagar as contribuições dos trabalhadores domésticos. Entendemos que muitos não puderam ir, entendemos por que muitos de nossos primos, avós ou irmãs são precarizados, não registrados, sem contribuições, e faltar ao trabalho, na maioria das vezes, resultará em não comer e não pagar o aluguel. Saímos para encontrar nossa voz, exigir empatia sincera, todos entendemos que o discurso é bonito, mas muitos de nós não podem parar, porque quando o desemprego é precário, parar não é uma opção, mas um privilégio. (MAMANI; RUIZ, 2019)⁶

⁶*Somos las hijas de las empleadas domésticas que al 8m no pudieron ir ayer las mujeres y travestis marrones salimos a marchar, nosotras como mujeres marrones, como travestis marrones, pero no solo por nosotras, sino por nuestras madres y nuestras abuelas marrones, indígenas, campesinas, que fueron explotadas aprovechándose de su precariedad. Salimos a abrazarnos, a dejar de ser el objeto de fetiche para ser las sujetas de acción. Salimos a cuestionar una sororidad enunciativa, salimos a gritar que sororidad también es pagar los aportes de las empleadas domésticas. Entendemos que muchas no pudieron ir, entendemos porque muchas de nuestras primas, madres abuelas o hermanas están precarizadas, no registradas, sin aportes, y faltar al trabajo es la mayoría de las veces no comer, no pagar el alquiler. Salimos a buscar nuestra voz, a exigir una sincera empatía, todas entendemos que el discurso es bello pero muchas de nosotras no podemos parar porque cuando se está precarizada el paro no es una opción sino un privilegio.*

<<https://m.facebook.com/identidadmarron>> 10 de março de 2019 acesso em 17 de janeiro de 2021. (Tradução livre dos autores).

Estarem umas pelas outras, muitas delas que não podem perder um dia de trabalho sob o risco de serem dispensadas, demonstra o esforço do sentido de solidariedade para que juntas possam reclamar por um espaço próprio, que é também um espaço de seus pais e avós. Uma das críticas a ser destacada do *Colectivo* é a de que o trabalho precarizado e com poucas garantias para os trabalhadores já era uma regra para as gerações que os antecederam, reafirmando a segregação de seus corpos. Essa característica pode ser observada inclusive na configuração de ocupação dos territórios da cidade, pois os descendentes de indígenas não conseguem espaços na cidade de Buenos Aires e buscam moradia e trabalho nos distritos vizinhos.

Atualmente, o que observamos é um trabalho extremamente precarizado combinado ao discurso midiático do empreendedorismo. Se no mundo colonial a grande perversidade era desumanizar o corpo do outro, com a precarização talvez seja a ilusão de que ao abrir o próprio negócio, ainda que sem garantias trabalhistas, esse outro (indígena, imigrante, negro) passe a ditar as

próprias regras. O sociólogo brasileiro Ricardo Antunes observa que o advento do neoliberalismo provoca uma reestruturação produtiva que coloca os trabalhadores mais vulneráveis em uma difícil escolha: servidão ou desemprego (ANTUNES, 2018, p. 39).

Para pensar esse “novo proletariado” ele ressalta a importância do enfraquecimento da regulamentação do trabalho, a flexibilidade das empresas, a privatização dos serviços e a proliferação de trabalhos intermitentes. Essas novas características do serviço digitalizado em conjunto com a realidade já desigual da América Latina produzem uma pulverização da classe trabalhadora que perde algumas características fundantes daquele trabalhador da década de 1970 ou 1980 que se viu impelido a participar do mundo político a partir de um sentimento de pertencimento de classe.

Uma nova revolução nos modos de ver, viver e trabalhar somente pode partir desses grupos que vêm sendo excluídos e marginalizados há décadas. A defesa da América Latina como um laboratório fundamental para

as lutas sociais a partir dessas revoluções na esfera micro, mas que precisariam alçar voz em direção ao global. Dentro desse contexto, as atividades sociais do *Colectivo Identidad Marron*, da cidade de Buenos Aires, podem servir de referência à estas lutas de resistências sociais. O *Colectivo* luta não somente pelos próprios direitos trabalhistas, mas por um espaço de expressão política mais amplo para se manifestar politicamente. Dessa forma, eles buscam também ecoar vozes do passado e de seus antecessores procurando reconstruir uma Argentina mais plural, como demonstraremos a seguir.

A revolução coletiva do *Identidad Marron*

O *Colectivo Identidad Marron* construiu a partir das manifestações que ocorreram em 2018 e início de 2019 na Argentina. Inicialmente, um movimento a favor da legalização do aborto no país, que contava com diversas vertentes do movimento feminista. As manifestações cresceram e chegaram a acontecer em outros países da América Latina. O movimento, que ficou conhecido como

*Pañuelos Verdes*⁷, cresceu também dentro do próprio país e possibilitou que houvesse encontro de pessoas que também lutavam por outras causas. Foi nas manifestações na *Plaza de Mayo* e nas principais ruas do centro de Buenos Aires que o grupo começou a ganhar corpo e fazer das ruas o principal espaço para sua arte política. Finalmente, no dia 30 de dezembro, o aborto foi legalizado no país.⁸

O objetivo do coletivo argentino *Identidad Marron* é a de reunir propostas interdisciplinares de artistas e acadêmicas das mais diversas áreas (poetas, cineastas e ilustradores) que procuram pensar o papel dos

descendentes de povos originários na Argentina. Em lunfardo, conjunto de gírias argentinas advindas das milongas do tango, “Negro ou Marron” significa gente humilde e pobre. Ainda que as gírias tenham com o tempo adquirido novos significados, essa correlação entre cor, classe e desprestígio estava em sua origem. Chamar alguém de negro ou de *marron*, na maior parte das ocasiões, não é elogio. Mas é justamente ao retomar essa identidade para si e ressignificá-la que o grupo, iniciado em 2018, conseguem fabricar novos espaços para si próprios

Tendo sua maior parte de integrantes mulheres, o grupo marca presença em outras manifestações ocorridas na cidade, além de produzir workshops, debates e mesas de conversas sobre cinema, literatura e artes visuais “*marrones*”. Preocupadxs com a apropriação de seus corpos e discursos, o grupo deixa claro que essa preocupação com a apropriação do discurso já está em sua origem. Todas estas atividades são gratuitas e tem como objetivo a troca de experiências e a oferta de uma melhor qualificação profissional axscompanheirxs. Tendo sido em

⁷ A luta pela legalização do aborto na Argentina é a ponta de um iceberg que tem por debaixo décadas de organização feminista. A Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal foi gestada nos Encontros Nacionais de Mulheres de Rosário e Mendoza e lançada oficialmente em 28 de maio de 2005, no Dia Internacional de Ação pela Saúde das Mulheres. De lá para cá, o movimento foi incansável no debate científico-universitário e nas discussões sobre políticas públicas para mulheres. Construiu um mote claro: “Educação sexual para decidir, anticoncepcionais para não abortar e aborto legal para não morrer”
Fonte:
www.brasildefato.com.br/2018/08/13/nada-sera-como-antes-uma-radiografia-do-8-de-aborto-e-da-mare-verde-na-argentina/. Acesso em: 17 jan. 2021.

⁸ Cf.
<https://veja.abril.com.br/mundo/congresso-da-argentina-aprova-legalizacao-do-aborto/>. Acesso em: 01 jan. 2020.

2021 selecionadxs para o Salão Nacional de Artes Visuais⁹ e convidadxs para dar um workshop em conjunto com o Centro Cultural da Espanha em Montevideú¹⁰ em diversas mesas que pensam racismo e colonialidade, continuam a transitar também por espaços alternativos mostrando seu caráter de integração em múltiplas frentes.

Se atualmente o conceito da interseccionalidade é debatido com vigor em diversos simpósios, não podemos deixar de atentar ao fato que desde nossa mais remota formação continental nos vemos diante da vivência de um corpo interseccional. Dessa forma, pensar a colonialidade é, necessariamente, pensar a interseccionalidade que se faz constitutiva desse/nesse processo. pelos relatos das integrantes do *colectivo*, descritos mais adiante, fica evidente como as estruturas atuam desigualmente em nosso continente através de ordens cruzadas de

9

<https://www.facebook.com/identidadmarron/photos/a.2135887390056624/2725459084432782/>. Acesso em: 03 maio 2021.

10

<https://www.facebook.com/identidadmarron/photos/pcb.2727820407529983/2727811007530923/>. Acesso em 03 maio 2021.

violência a partir de combinações entre raça, identidade de gênero, classe, orientação sexual. Cada uma dessas identidades atua como mais uma camada que atrai rejeições podendo um corpo carregar várias delas. Podemos destacar alguns apontamentos de Glória Anzaldúa (2005), que na década de 80, já enfatizava as múltiplas dificuldades de se ser uma mulher negra latino-americana. Uma *mestiza*.

A escrita como possibilidade combativa também faz parte do processo dessas mulheres que sofrem com camadas de invisibilidades, por isso, a escritura e o incentivo à formação de uma rede de mulheres produtoras de pensamento - de um novo pensamento que seja embasado pela concretude que lhes é imposta - perpassa a construção teórica das estudiosas latino-americanas e dos coletivos educacionais e artísticos formados aqui. Yuderkys Espinosa-Miñoso, aqui já citada, aponta concomitantemente para uma nova visão de decolonialidade. Se os membros do Grupo Modernidade/Colonialidade cunharam o termo tendo como propósito repensar um território, Espinosa-

Miñoso propõe pensar os territórios dentro dos territórios e a intersseccionalidade compreendida não somente como um conceito, mas como um atravessamento cotidiano nos corpos dessas mulheres, uma estrutura que precisa ser redefinida.

Podemos perceber esses atravessamentos na própria prática do *Identidad Marron*. Sara Pérez, uma das integrantes do Colectivo, diz em recente matéria¹¹: “A melhor militância é mostrar a cor da nossa pele e nos colocar em cena”. Assim, vêm ocupando espaços virtuais e físicos de discussão artística trazendo além dos corpos femininos, outrxs.¹² Nesse sentido, é preciso destacar que o *Colectivo* luta não somente pelos próprios direitos trabalhistas, mas por um espaço de expressão política mais amplo para se manifestar. Dessa forma, elxs buscam também ecoar vozes do passado e de seus

antecessores procurando reconstruir uma Argentina mais plural, além de trabalhar com um pensamento decolonial a partir de feministas latino-americanas como as citadas em suas declarações, como a seguir:

Reunir-nos nessa “marronidad” não é festivo, nem revolucionário. Reunir-se e ocupar as ruas é tornar visível o desejo de que estejamos todas. É também afirmar porque elas não estão lá. É também manifestando a partir dessa afeição política que queremos ser lidas por nós ou através de nossas fibras, aqueles marrons que cobrem livros há séculos. Às vezes, reunir-se e ocupar as ruas é uma decisão complicada, porque se perde um dia de salário e corremos o risco ser demitidas. Reunir-se e ocupar as ruas é um momento, um tempo, eles fizeram e fazem isso o tempo todo. Juntar-se e ocupar as ruas é para nós, pardos, agradecer a eles, gritar basta!, e que se juntem à marcha. (MAMANI, 2019)¹³

¹¹<https://www.pagina12.com.ar/335951-la-mejor-militancia-es-mostrar-el-color-de-nuestra-piel-y-po?fbclid=IwAR2GurQzTEvTIGqHWO2OXMeVyo-FnQsXRam9mhwk11OHifHvEN0tpTwsEoY>. Acesso em: 03 maio 2021.

¹² Ver foto de um casal na marcha do Orgulho Gay na Argentina. Disponível em: <https://www.facebook.com/identidadmarron/photos/a.2358104314501596/2611993632445995/>. Acesso em: 03 maio 2021.

¹³ *Juntarnos en esta marronidad no es festivo, tampoco revolucionario. [...] Juntarnos y ocupar las calles es visibilizar el deseo de que estemos todes. Es también enunciar porque no están ellas. Es incluso manifestar desde ese afecto político que queremos ser leídas por nosotras o leernos a través de nuestras fibras, esas marronas que durante siglos han revestido libros. Juntarnos y ocupar las calles a veces es una decisión última porque parar es un día menos de trabajo o además es perder el mismo. Juntarnos y ocupar las calles es un momento, un tiempo, ellas lo hicieron y lo hacen todo el tiempo. Juntarnos y ocupar las calles es para nosotras marronas decirles gracias a ellas y a otras basta y se unan a la ronda.* [Chana Mamani em: <https://www.facebook.com/identidadmarron>

Na página de Facebook¹⁴, principal plataforma de comunicação de suas atividades para o público, o *Colectivo Identidad Marron* se define como “Um espaço de reflexão sobre o racismo na América Latina, a precarização no emprego dos pardos, sua invisibilidade na sociedade e, acima de tudo, “um espaço de entrelaçamento para desenvolver respostas ou ações concretas que tenham impacto social”.¹⁵ A partir de meados de 2018 o *Colectivo* passa a realizar reuniões, pautas e movimentos de ocupação de espaços culturais. Desde então, já conseguiram

>10 de março de 2019. Acesso em: 17 jan. 2021. – Tradução livre dos autores]

¹⁴ <https://www.facebook.com/identidadmarron/>. Para imagens dxs integratxs em manifestações e de suas atividades educacionais e artísticas, acessar a página do Colectivo.

<https://www.facebook.com/identidadmarron/photos/2271016883210340>. - Manifestação ocorrida na região central de Buenos Aires

<https://www.facebook.com/identidadmarron/photos/2133924530252910> – Oficina sobre Racialização do Trabalho Precário (acesso em: 06 jan. 2020).

¹⁵ *Un espacio de reflexión sobre el racismo en Latinoamérica, precarización laboral de las personas marrones, la invisibilización de las mismas en sociedad y sobretudo un espacio de entretejido para poder elaborar respuestas u acciones concretas que tengan incidencia social. Colectivo Identidad Marron, disponível em:*

<https://www.facebook.com/pg/identidadmarron/about/>. Acesso em: 1 out. 2019.

ocupar importantes espaços culturais da cidade como o El Cultural San Martin no centro da cidade ou *Espacio Memoria y Derechos Humanos*, ex – Esma- prédio onde alguns dos presos políticos da Ditadura Argentina foram torturados e mortos, por isso sua ocupação se torna particularmente importante.

O *Identidad Marron* assume sua identidade como um grupo coletivo, e dessa forma a assinatura das atividades é realizada como um coletivo, e não por assinaturas individuais de suas integrantes. Esse padrão somente é quebrado quando uma integrante em especial apresenta algum trabalho ou propõe uma oficina. Essa aposta na coletividade não é mera formalidade. Elas acreditam que juntas são mais fortes e têm mais possibilidade de alcançar espaços de fala e escuta privilegiados. Todavia, mesmo quando optam por assinar as obras, o fazem exaltando a coletividade como descrito a seguir,

Nós, filhxs e netxs de migrantes indígenas, indígenas, racializadas, trabalhadorxs domésticos, cuidadores, habitamos nesta terra, temos memória ancestral, existimos e, como a poeira que não conhece

barreiras, avançamos. A resistência é apresentada a nós como uma constante, uma vez que lembramos, já que conversamos com nossas famílias, sabemos que a resistência vem em primeiro lugar. [...] em todo lugar que você vá e, embora não possamos entrar, estaremos, até mesmo nos vegetais da sua sopa. Não temos tempo para nos sentir mal, temos que lutar para existir, trabalhar, lutar. Decolonialidade e anti-racismo não é apenas um discurso que soa bem, a decolonialidade é a luta por uma independência que permite nosso livre desenvolvimento, a decolonialidade não é um desenho ou um post culpado, é ação! 527 anos de resistência, não somos os primeiros nem seremos os últimos. (VIDO, 2019)¹⁶

¹⁶ *Nosotres hijxs/nietxs de campesinxs, indígenas, migrantes racializadas, empleadas domésticas, cuidadoras, villeras, habitamos estas tierras, tenemos memoria ancestral, existimos, y como el polvo que no conoce barreras, avanzamos. La resistencia se nos plantea como una constante, desde que recordamos, desde que hablamos con nuestras familias, sabemos que resistir es lo primero. [...] en cada lugar a donde vayamos y aunque no podamos ingresar, estaremos, hasta en la verduras de tu sopa. Nosotrxs no tenemos tiempo para sentirnos mal, tenemos que pelear por existir, trabajar, luchar, la decolonialidad y el antirracismo no es solo un discurso que suena bien, la decolonialidad es la lucha por una independencia que permita nuestro desarrollo libre, la decolonialidad no es un dibujo o un post culposo, es acción! 527 AÑOS de resistencia, nosotrxs no somos lxs primerxs, ni tampoco seremos lxs últimxs –* postagem de 12 de outubro de 2019, de Gema Modelo Vido (artista visual que utiliza o próprio corpo como obra)
<<https://www.facebook.com/identidadmarron>>
13 de outubro de 2019. Acesso em 17 de janeiro de 2021.

Dentre as atividades do *Identidad Marron* está também a de ocupar as ruas, com seus corpos, com artes provocativas e também com a intensificação da produção de pôsteres lambe-lambes políticos e críticos. A partir de suas intervenções artísticas e reflexivas o Coletivo cria suas próprias redes, com objetivo de escapar das significações atribuídas a seus corpos ao longo dos anos e se remodela a partir de novos símbolos e de novas atribuições que são construídos coletivamente. Elxs produzem novas imagens de si através de plataformas visuais, e audiovisuais, notadamente baseadas em seus processos de oralidade. Assim, criam suas próprias comunicações, e evitam de serem capturadas pelos discursos já existentes da globalização.

Contudo, em contraste à estrutura coletiva, e analisando o caráter individual dxs integrantes do Coletivo, percebemos que muitas delas continuam reféns de trabalhos informais ou de trabalhos precarizados destas novas empresas surgidas com falta de garantias e com imposição de horários fragmentados que as

impedem de estudar ou ter lazer. São obrigadas a essa situação pela falta de uma qualificação formal, devido a necessidades financeiras, por suas moradias ficarem muito distantes dos centros urbanos e, por conta da grave crise econômica pela qual passa a Argentina, muitas temem ficar sem algum tipo de trabalho, em meio à um número expressivo de pessoas desempregadas no país. É a partir daqui que podemos pensar como a globalização, com seus acelerados processos de integração política, econômica e cultural mundial, atua de maneira perversa diante de alguns corpos.

As promessas sedutoras das cidades globalizadas

Dentre as relações as quais a cidade moderna estabelece, podemos definir como centrais os jogos de movimentos entre alguns espaços das cidades, na relação entre moradia e trabalho, que fazem com esses trabalhadores habitem o entorno e se desloquem em longas distâncias para outros lados da cidade nas regiões de trabalho, localizados nas regiões de maior poder aquisitivo ou de concentração de estabelecimentos

comerciais. Se, a partir da Modernidade já era possível perceber esse processo, com o advento da globalização ele se intensifica e a relação entre espaço de moradia X espaço de trabalho se torna essencial para o controle do tempo e dos próprios corpos dos trabalhadores das classes sociais mais pobres. Ou seja, eles tentam habitar os espaços periféricos da cidade de Buenos Aires, para que não passem a maior parte de seu tempo em um transporte público, mas, de modo geral, ainda é isso que ainda acontece para a maioria.

Em entrevista especial sobre desigualdade global para a Folha de São Paulo, Lucas Chacel, Coordenador do Relatório da Desigualdade Global, da Escola de Economia de Paris explica que “a globalização fracassou para muitos, a ‘fuga para o mais barato’ achatou as classes médias, levou à precarização dos serviços públicos e os países precisam reorganizar a integração econômica global para evitar “reações violentas” no futuro. (CHACEL, 2019) Para o coordenador existem dois lados da história da globalização. O mais feliz, e amplamente divulgado, é o do significativo crescimento

econômico da China, Índia e Coréia do Sul, na Ásia. Entretanto, existe um outro lado, onde a renda cresceu em ritmo muito lento entre as classes trabalhadoras tanto na Europa como Estados Unidos e América Latina, que precisa ainda ser refletido em conjunto ao fato de que em todos estes lugares a renda do 1% mais rico subiu brutalmente.

Portanto, na América Latina, estamos em meio a um processo ascendente de concentração de renda de uma parcela mínima em relação a milhares de trabalhadores que estão sendo empurrados da classe média para classe de baixa renda, e estes para a miséria – ampliando ainda mais a desigualdade socioeconômica. A globalização permitiu a livre circulação do dinheiro e a fuga para que as empresas multinacionais pudessem ir ao encontro de serviços mais baratos. Porém, deixou de fora todos os trabalhadores que simplesmente não podem se mudar. Mas essas pessoas continuam a necessitar da manutenção de bons níveis de serviço público. A renda cai, os impostos e custos fixos permanecem. Segundo Chacel, se nenhuma política de reorganização e renda for realizada

para diminuir as desigualdades, o resultado dessa equação desequilibrada poderá nos levar a reações violentas e brutais. Os sinais de descontentamento e frustração com as promessas da globalização ficaram evidentes com as eleições e governos polarizados de Donald Trump, nos Estados Unidos, e de Jair Bolsonaro no Brasil.

Esta situação se agravou em função dos efeitos adversos da pandemia do coronavírus. Para o diretor sênior de política do *Council of the Americas* e mestre em políticas públicas pela Universidade Harvard, Robert Simon: “a Covid-19 deve também ampliar desigualdades dentro e entre países, com a América Latina ainda mais distante dos desenvolvidos. Desde 2014, a região vive seu período de menor crescimento econômico em sete décadas.” (SIMON, 2020). Para o pesquisador, o vírus chegou no pior momento possível na América Latina, pois há uma incerteza sobre a ordem internacional que emergirá ao final da crise que vivemos. Estas idéias se juntam com as de Dani Rodrik, economista de Harvard e as de Richard Haas, o presidente do *Council on Foreign Relations*, convergindo a

um ponto comum: a ideia de que a pandemia do Covid-19 funcione como uma espécie de máquina do tempo, onde mais do que criar algo novo, acelerará transformações globais que já estavam em curso.

Neste sentido, as condições de exploração trabalhista na América Latina poderão ser acentuadas. Na Argentina, segundo o sindicato de Pessoal Auxiliar de Casas Particulares, existem em torno de 750 mil trabalhadoras sem registro. Segundo Sylvia Colombo, em reportagem para a Folha de São Paulo, “Na capital, Buenos Aires, muitas delas são imigrantes de países limítrofes, como o Paraguai e a Bolívia, e estão em situação irregular, o que as deixa de fora da possibilidade de receber o auxílio governamental.” (COLOMBO, 2020). E, como as que estão contratadas não têm carteira assinada, continuar a receber o salário depende da boa vontade dos patrões.

Esta é uma configuração de retorno à exploração de direitos humanos, pois muitas, com medo de ficar sem dinheiro, continuam a trabalhar, perpetuando uma relação de exploração trabalhista da parte desses empregadores. Desse modo elas

convivem com o risco duplo de serem contaminadas pelo vírus na casa dos patrões ou a caminho do trabalho, onde ainda correm o risco de serem presas pela polícia, porque o decreto do presidente argentino Alberto Fernández não as classificou em grupo de trabalho essencial. Sendo importante destacar que dentro destas condições encontra-se grande parte das mulheres integrantes do *Colectivo Identidad Marron*, que ainda precisam conviver com o preconceito imposto às ascendências indígenas -maioria do grupo, e identidades de gênero e orientações sexuais diversas.

Nesse caldeirão de hostilidades as explorações se multiplicam de cima para baixo numa espiral aparentemente sem fim, e na medida que não é enfrentada pelo sistema público, a população em situação de rua na cidade de Buenos Aires cresce exponencialmente. As manifestações populares em 2019 revelaram um crescente descontentamento com as condições de vida na capital latino-americana e serviram como prenúncio do retorno da esquerda ao poder na Argentina, com Alberto Fernandez eleito Presidente, e Cristina Kirchner como vice-presidente, vencendo as

eleições presidenciais ainda no primeiro turno de votação. Mesmo não sendo possível apontar qual será o resultado dessas manifestações, é interessante observar o afloramento de um novo discurso de identidade em alguns movimentos pelas ruas da cidade portenha.

Considerações finais: corpos indígenas entre o mito do labirinto, a tecnologia e a interseccionalidade

Se por um lado a precarização trouxe a perspectiva de uma reestruturação produtiva que colocou para os trabalhadores mais vulneráveis a difícil escolha entre a servidão ou desemprego, por outro, com os avanços da tecnologia, temos a aproximação de uma situação que pode ser ainda mais extrema: a da escolha entre exploração sem direitos, versus a irrelevância e o desprezo. Para as pessoas comuns, termos como: *block chain*, engenharia genética, inteligência artificial, *machine learning* e criptomoedas, soam como um dialeto estranho, que nada tem a ver com elas. Fora o fato de que este processo não inibe nem elimina a longa trajetória de opressões,

preconceitos e discriminações que perpassam corpos, raças, etnias, que amplificam ainda mais os obstáculos.

Todavia, esse universo tecnológico com seu estranho dialeto está cada vez mais presente, através de retóricas eficientes e sedutoras de empreendedorismo, moldando novas configurações de trabalho em variados setores de serviço. E, uma vez dentro dessa engrenagem, rapidamente descobrimos que por trás de sua fachada existe um labirinto complexo, onde nem consumidores nem prestadores de serviços conseguem saber ao certo como acessar seus direitos em caso de qualquer tipo de problema. Estamos enfim, imersos num grande e complexo labirinto sem fim. Sabendo do poder de consolidação desse sistema e sabendo do enorme risco de serem relegados a irrelevância, os integrantes do *Colectivo Identidad Marron* estabelecem um posicionamento de luta, onde, de dentro do próprio sistema, atuam com objetivo de manter ao mesmo tempo a sobrevivência financeira e a defesa das suas ideias.

Nesse sentido, voltando à reflexão inicial, quando dialogamos com Mbembe, podemos ver como o

conceito de necropolítica é extremamente vigente e se reatualiza. Corpos negros e corpos indígenas ainda sofrem com a construção eurocêntrica e estereotipada e precisam se organizar a partir dos fragmentos que nos foram passados através das gerações anteriores como meios de fugir dessa redução da qual a precarização laboral é apenas uma das facetas. Assim, construir discursos coletivos que reivindiquem a centralidade de suas histórias se torna uma maneira poética, potente e literal de permanecerem vivos. Ao pensarmos o território de Buenos Aires como uma “Arena Cultural”¹⁷ podemos visualizar a disputa por espaços e discursos que opera através da interseccionalidade. Os corpos dxs integrantes do *Colectivo Identidad Marron*, não acessam diretamente determinados espaços, nem possuem possibilidade de interlocução direta com outros corpos, porque eles foram

e permanecem separados desde a colonização. Deste modo, podemos entender que existe de modo permanente uma tensão social na disputa por recursos os mais diversos, como dinheiro, tempo, repertório cultural, redes de sociabilidade que precisam ser conquistadas diariamente por seus integrantes— e, como a maioria não tem qualificação para vencer essa batalha, aumenta a importância das rodas de conversa e dos workshops que o *Colectivo* oferece gratuitamente.

Através dessas atividades regulares, todos sabem que participam de um sistema e o utilizam para sobreviver e fazer parte integrante do processo capitalista, mas, diferente de suas avós e mães que se viam silenciadas, conseguem encontrar brechas no sistema para que suas vozes sejam ouvidas e reverberadas. Desse modo, ocupam espaços importantes do saber formal e centros culturais da cidade. Conscientes da quase impossibilidade de destruírem um sistema tecnologicamente sofisticado, entenderam que este mesmo regime lhes poderia servir de ferramenta de amplificação e

¹⁷ O debate das cidades como Arenas Culturais, conceito inaugurado por Richard Morse década de 50, mas retomado em recente livro “Ciudades Sudamericanas como Arenas Culturales” pode ser também aqui lembrado. O livro, organizado pelo antropólogo argentino Adrian Gorelik e pela antropóloga brasileira Fernanda Arêas Peixoto traz, através de diversos artigos, articulações possíveis entre cultura e cidades na América do Sul, justamente o cerne do presente artigo.

reverberação de suas questões identitárias.

Dessa maneira, as atividades do Coletivo estimulam a sensação de pertencimento e autoestima aos integrantes de grupos vulneráveis. Seus discursos amplificam vozes que estavam abafadas, e se estabelecem como formas de resistências que gradualmente poderão ser multiplicadas através de um processo de circulação da cultura periférica por outros territórios da cidade. A multiplicidade de atividades projeta uma pluralidade de leituras na luta por seus direitos e visibilidade. Com este movimento, o *Colectivo Identidad Marron* serve de referência a grupos minoritários de outros países latino-americanos que, além de possuírem uma ancestralidade em comum, passam pelas mesmas dificuldades existentes na Argentina.

Se permitimo-nos observar a grande influência que os povos originários deixaram através de suas raízes no continente americano, ampliaremos as possibilidades de compreensão de que, neste momento, seus descendentes também apontam para um legado de força e resistência. E, uma vez reunidos esses contextos,

finalizamos nosso artigo compartilhando que em nosso entendimento o *Colectivo*, para além de suas atividades formais, funciona como uma possibilidade de portal de saída de obstáculos comuns a muitos grupos vulneráveis, ainda que temporário. Afinal, é um longo embate com entradas e saídas, perdas e ganhos em relação a um sistema complexo de precarização. Não obstante, sua força plural dá energia para que xsintegrantxs, seus pais e descendentes vislumbrem perspectivas menos silenciadoras e estereotipadas. Porque, se afinal, a tecnologia se transformou num reconfigurado mito do labirinto do Minotauro, que tenta manter como impossível a saída de seu interior, as iniciativas e movimentos solidários das integrantes do *Identidad Marron* em meio ao sistema de precarização ressignificam sua inserção, dando maior visibilidade às questões dos movimentos identitários na Argentina, além de apontarem possíveis caminhos de saída deste grande e complexo labirinto.

Referências bibliográficas:

ANTUNES, Ricardo. *O Privilégio da Servidão. O Novo Proletariado de Serviços na Era Digital*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). *La Ciudadania Negada*. Políticas de Exclusión en la Educación y el Trabajo. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 35-48

ANZALDÚA, Glória La conciencia de la mestiza - rumbo a uma nova consciência *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 13, n. 3, set./dez. 2005. [Sessão Debate, não paginado]

CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e Caribe. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/comunicados/periodo-2014-2020-seria-menor-crecimiento-economias-america-latina-caribe-ultimas-siete>. Acesso em: 29 dez. 2020.

CHACEL Lucas, Globalização fracassou para muitos, e reações podem ser violentas. CANZIAN, Fernando. *Folha de São Paulo*, 22 jul. 2019 às 12h00. Disponível em: <https://temas.folha.uol.com.br/desigualdade-global/europa/globalizacao-fracassou-para-muitos-e-reacoes-podem-ser-violentas.shtml>. Acesso em: 28 abr. 2020.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLOMBO, Sylvia. Buenos Aires deixou ainda mais evidentes suas desigualdades durante a pandemia. São Paulo. *Folha de São Paulo*, 26 de dezembro de 2020. Disponível em:

https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/12/depoimento-buenos-aires-deixou-ainda-mais-evidentes-suas-desigualdades-durante-a-pandemia.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa. Acesso em: 29 dez. 2020.

COLOMBO, Sylvia. Vulneráveis, empregadas domésticas da América Latina sofrem na pandemia. São Paulo. *Folha de São Paulo*, 10 maio 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/sylvia-colombo/2020/05/vulneraveis-empregadas-domesticas-da-america-latina-sofrem-na-pandemia.shtml>. Acesso em: 10 maio 2020.

DAVIS, Ângela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderksy. Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica *El Cotidiano*, núm. 184, p. 7-12, marzo-abril, 2014.

GALEANO, Eduardo. A caminho de uma sociedade da incomunicação? In: MORAES, Dênis de (org.). *Sociedade midiaticizada*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

GORELIK, Adrián; PEIXOTO, Fernanda Areas. *Ciudades sudamericanas como arenas culturales: Artes y medios, barrios de élite y villas miseria, intelectuales y urbanistas: cómo ciudad y cultura se activan mutuamente*. Madrid: Siglo XXI Editores, 2019.

IDENTIDAD MARRON. <https://www.facebook.com/identidadmarron/>. Acesso em: 3 maio 2021.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. Técnica, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In: MORAES, Dênis de (org.). *Sociedade*

Midiatizada. Rio de Janeiro: Ed Mauad X, 2006.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MITO DO LABIRINTO. Disponível em: <http://www.projetominotauro.com.br/omito-do-minotauro/>. Acesso em: 22 dez. 2020.

MORSE, Richard. *Cidades e Cultura Política nas Américas*. Belo Horizonte: Editora UFMG; 2017.

PAIXÃO, Fernanda; FERREIRA, Antônio Coletivo Passarinho. *Buenos Aires*, 13 agosto 2018. Disponível em: www.brasildefato.com.br/2018/08/13/nada-sera-como-antes-uma-radiografia-do-8-de-aborto-e-da-mare-verde-na-argentina/. Acesso em: 01 jan. 2020.

REDAÇÃO. *São Paulo*, 30 dezembro 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/congresso-da-argentina-aprova-legalizacao-do-aborto/>. Acesso em: 01 jan. 2020.

SIMON, Roberto. A ordem global numa máquina do tempo. *Folha de São Paulo*, 09 maio de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/roberto-simon/2020/05/a-ordem-global-numa-maquina-do-tempo.shtml>. Acesso em: 10 maio 2020.